

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PE000540/2015
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/06/2015
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR031317/2015
NÚMERO DO PROCESSO: 46213.013180/2015-80
DATA DO PROTOCOLO: 01/06/2015

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICACOES DE PE, CNPJ n. 12.587.192/0001-63, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCELO BELTRAO CORREIA;

E

SINDIC DA IND DE INST MANUT DE REDES E TELECOMUNICACAO, CNPJ n. 00.254.217/0001-28, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). CLAUDIO CARNEIRO VIEIRA DA ROCHA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Plano da CNPL**, com abrangência territorial em PE.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS

Os pisos salariais da categoria profissional, de acordo com as seguintes funções e no regime mensal:

		01.07.2014
1)	Ajudante geral	R\$ 790,00
2)	Ajudante especial e Auxiliar técnico	R\$ 790,00
3)	Atendente	R\$ 790,00
4)	Auxiliar administrativo	R\$ 790,00
5)	Emendador e Linheiro	R\$ 790,00
6)	Cabista, Ligador, Operador de DG e Operador de DG volante	R\$ 803,88

7)	Encarregado de canalização	R\$	838,53
8)	Encarregado de emenda	R\$	1.211,01
9)	Encarregado de lançamento	R\$	942,75
10)	Instalador e reparador de linhas e aparelhos	R\$	803,88
11)	Técnico de rede e telecomunicações	R\$	1.398,72
12)	Teletendente e Operador de PABX	R\$	790,00
13)	Telefonista	R\$	877,55
14)	Técnico de segurança do trabalho	R\$	1.571,01
15)	Despachante	R\$	790,00
16)	Almoxarife	R\$	845,44
17)	Auxiliar de almoxarife	R\$	790,00
18)	Auxiliar de rede	R\$	790,00
19)	Auxiliar Técnico de Fibra Optica	R\$	790,00
20)	Examinador de TUP	R\$	790,00
21)	Líder de Obras	R\$	1.353,69
22)	Oficial de Rede	R\$	790,00
23)	Operador de Teste Final	R\$	790,00
24)	Controlador de despacho automático	R\$	834,36
25)	Controlador de CRM	R\$	927,18
26)	Operador de rádio chamada	R\$	1.300,08
27)	Técnico multi funções (voz / ADSL e TV)	R\$	1.101,32
28)	Instalador de DTH ou Similar	R\$	803,88
29)	Técnico ADSL	R\$	1.398,72

PARÁGRAFO PRIMEIRO -O piso mínimo das empresas passará de R\$ 788,00 para r\$ 790,00, em 01.07.15 e será acrescido R\$ 5,00, em janeiro/16, no caso do piso das empresas ficarem igual ou inferior ao salário mínimo.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

Os demais empregados não contemplados com piso salarial descrito na cláusula anterior terão, os salários vigentes reajustados, em 1º de julho de 2015, mediante aplicação do percentual de **8,34%** (Oito Ponto Trinta e Quatro por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Estão excluídos do reajuste previsto na presente cláusula, os cargos de Presidentes e Vice Presidentes, os quais estarão sujeitos ao reajuste conforme política interna das EMPRESAS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fixação do percentual de reajuste salarial, constante desta cláusula, orientou-se pelo princípio da livre negociação e do preceituado na Cláusula Terceira da presente Convenção Coletiva de Trabalho, de maneira que, no citado percentual estão incluídos aumentos reais e reposição de perdas, a qualquer título, ficando assim, transacionado por essa via, todo e qualquer resíduo salarial porventura devido até 30.04.2015, o que expressamente reconhecem as partes.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DA DATA DO PAGAMENTO SALARIAL E OUTROS BENEFÍCIOS

O pagamento do salário do empregado será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços, sendo que os vales-transportes e tickets-alimentação deverão ser distribuídos no último dia útil do mês anterior ao do consumo.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de remuneração com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados em papel que as identifique.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas poderão substituir o comprovante em papel por contracheque fornecido por instituição financeira através de terminal eletrônico.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Fica assegurado ao empregado, desde que realizada a opção no momento da comunicação de férias pela empresa, o direito de receber a primeira parcela da gratificação natalina na saída ou no retorno do período de gozo.

Outras Gratificações

CLÁUSULA OITAVA - PRODUTIVIDADE

Aos empregados que exercem as funções de Cabista, Operador de DG, Operador de DG volante Oficial de Rede, Auxiliar de Rede, Linheiro e Emendador – As empresas pagarão a título de produtividade o valor de R\$ 70,00 (Setenta reais Mensais), as empresas manterão este programa de produtividade, até que seja realizado a definição de um modelo de aferição de produtividade, para estas funções;

As empresas irão apresentar ao sindicato, até 31.07.15, as suas estruturas individuais de remuneração variável. Só então após avaliação do mesmo está Cláusula será excluída.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA NONA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O empregado que no desempenho de sua função permaneça em caixas subterrâneas ou trabalhe com chumbo e gás, fará jus ao recebimento de um adicional de insalubridade equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Fica assegurado ao empregado que exerça suas atividades próximas às redes elétricas, um adicional, a título de periculosidade, de 30% (trinta por cento) sobre o salário nominal do empregado, sem efeito retroativo e não cumulativo com a insalubridade.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

As EMPRESAS se comprometem a apresentar ao SINTTEL-PE, até final de julho/2015, o programa de Participação nos Resultados 2015, definido para os seus empregados. Na oportunidade serão apresentadas ao SINTTEL-PE as metas operacionais, indicadores e respectivos pesos visando à aferição do valor e, caso aprovado e oportunamente firmados acordo coletivo específico para a PLR, o respectivo pagamento será efetivado até 30.04.2016, caso as metas estabelecidas sejam atingidas.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão aos seus empregados, a partir de 1º de Julho de 2015, e somente a partir desta data, tickets-alimentação no valor de R\$ 17,55 (dezesete reais e cinquenta e cinco centavos), por dia efetivamente trabalhado no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os cargos de Instalador, Cabista, Oficial de Rede, Auxiliar de Rede, Técnico multi funções, Técnico de ADSL, Técnico de Dados, Técnico de Fibra, OPDG, Supervisores de áreas Operacionais e área de suporte de CLD, CRM e CO receberão 26 (vinte e seis) vales alimentação mensais. No caso de ausências injustificadas, o crédito do vale alimentação será compensado no mês subsequente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A distribuição do benefício será feita seguindo o previsto na Cláusula Quinta desta Convenção Coletiva de Trabalho e os eventuais ajustes por dias não previstos serão feitos na distribuição do mês seguinte.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de trabalho extraordinário por período superior a 02 (duas) horas e inferior a 04 (quatro) horas diárias e consecutivas, os empregados receberão, um auxílio alimentação no valor de R\$ 8,78 (oito reais e setenta e oito centavos), além do ticket diário previsto no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - Na hipótese de trabalho extraordinário por um período superior a 04 (quatro) horas diárias e consecutivas, os empregados farão jus a um auxílio alimentação no valor de R\$ 17,55 (dezesete reais e cinquenta e cinco centavos), além do ticket diário previsto no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - O benefício previsto nesta cláusula não tem natureza salarial nem constitui base previdenciária, tributária ou para efeitos do FGTS, sendo concedido nos termos da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador e, com a concordância expressa das partes, para compor as demais condições previstas no PAT, haverá um desconto mensal de R\$ 0,01 (um centavo de real) de cada trabalhador que receber o benefício.

PARÁGRAFO SEXTO - O benefício previsto nesta cláusula estende-se aos empregados que estiverem em gozo de licença médica em consequência de acidente de trabalho, licença gestação e durante as férias anuais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Serão concedidos aos empregados durante as férias anuais 22 (vinte e dois) auxílios alimentação para os exercentes das funções administrativas e 26 (vinte e seis) para os que exercem as funções operacionais.

PARÁGRAFO OITAVO - Será concedido, em caráter excepcional, em favor dos empregados das empresas, vale alimentação no valor único de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser creditado no cartão alimentação em 01.06.2015, não incidindo sobre tais parcelas quaisquer encargos trabalhistas ou previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TELEFONISTAS

Somente serão aplicadas às exercentes da função de telefonista as Cláusulas adiante relacionadas da presente Convenção Coletiva de Trabalho: Primeira, Segunda, Terceira, Quinta, Sexta, Décima Terceira, Décima Quarta, Décima Sexta, Vigésima Quarta, Vigésima Quinta, Trigésima Primeira, Trigésima Quarta e Quadragésima Primeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas concederão mensalmente aos seus empregados ocupantes do cargo de telefonista, a partir de 1º de Julho de 2015, cesta básica em forma de auxílio alimentação ou gêneros alimentícios, a critério da empresa, no valor mínimo R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O benefício previsto no parágrafo anterior estende-se aos empregados ocupantes do cargo de telefonista que estiverem em gozo de licença médica em consequência de acidente de trabalho, licença gestação e durante as férias anuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será concedido, em caráter indenizatório, em favor dos empregados das empresas, na cesta básica o valor único de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser creditado em 01.06.2015, não incidindo sobre tais parcelas quaisquer encargos trabalhistas ou previdenciários.

PARÁGRAFO QUARTO - O benefício previsto nesta cláusula não tem natureza salarial nem constitui base previdenciária, tributaria ou para efeitos do FGTS, sendo concedido nos termos da legislação do programa de alimentação do trabalhador e, com a concordância expressa das partes, para compor as demais condições previstas no PAT, havendo um desconto mensal de R\$ 0,01 (um centavo de real) de cada trabalhador que receber o benefício.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO TRANSPORTE

As empresas fornecerão vale-transporte a todos os empregados, em efetivo exercício, que se cadastrem para receber o benefício, descontando-se o valor correspondente a 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do salário nominal dos empregados para custeio do programa do vale transporte instituído pela Lei nº 7.619/1987 e Lei nº 7.418/1985.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Quando as empresas não fornecerem aos empregados o vale transporte com a antecedência necessária para o seu deslocamento no percurso empresa-residência-empresa, as suas eventuais ausências ao trabalho serão abonadas.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os empregados obrigam-se, no prazo de 15 (quinze) dias, a comunicar as empresas eventual mudança de endereço residencial.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSISTÊNCIA MÉDICA - ODONTOLÓGICA

As empresas manterão convênio com clínicas e unidades hospitalares, de modo a assegurar assistência médica, odontológica e exames laboratoriais aos seus empregados, assumindo o encargo de 50% (cinquenta por cento) do valor de custeio do plano de saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos em que não haja entidades médicas credenciadas nas cidades do interior nas quais as empresas mantenham empregados prestando serviço em caráter permanente, estas deverão interagir junto ao convênio médico no sentido de credenciar atendimento naquela localidade ou, no

caso de alegada impossibilidade, providenciar outro convênio que assegure assistência médica aos seus empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os empregados optem por um plano existente no convênio das empresas em valor superior ao adotado, a diferença será de sua total responsabilidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas manterão a assistência médico-odontológica para os funcionários que estiverem de licença médica em consequência de auxílio doença, auxílio acidentário e licença maternidade, ocorrido a partir de 1º de maio de 2012.

PARÁGRAFO QUARTO - As empresas assumirão os encargos para assistência médico-hospitalar referente aos dependentes dos empregados que foram admitidos em data anterior a 1º de maio de 2008, no mesmo percentual mencionado no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONVÊNIO COM FARMÁCIA

As empresas assegurarão aos seus empregados a aquisição de medicamentos através de convênios firmados com farmácias, desde que apresentada receita médica, sendo o valor das compras descontado em folha de pagamento mensal, em três parcelas e sem correção.

PARAGRAFO ÚNICO - As empresas estenderão esse convênio as farmácias que permaneçam abertas diariamente, por 24 (vinte e quatro) horas.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO AUXÍLIO FUNERAL

Na hipótese de falecimento do empregado, as empresas concederão uma ajuda de custo Limitada a R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), desde que devidamente comprovadas através de nota fiscal, com a finalidade de contribuir com a despesa de seu funeral.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas contratarão, para todos os seus empregados, apólice de Seguro de Vida em Grupo, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o caso de morte natural; R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o caso de morte por acidente de trabalho; e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para os casos de invalidez total / parcial, sem ônus para os referidos empregados.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS SERVIÇOS REALIZADOS FORA DO LOCAL DE TRABALHO

Quando as empresas deslocarem seus empregados para exercerem suas atividades em cidades que distem mais de 60km do seu local de trabalho, deverão conceder 02 (dois) auxílios alimentação excedente por cada dia ausente ou período superior a 12 (doze) horas, bem como, serão responsáveis pela hospedagem em pousada/hotel.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS INDENIZAÇÕES PELA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS

O empregado que utilizar seu veículo de **modelo 1.000 cilindradas** para o desempenho de suas atribuições funcionais, desde que esteja a serviço e prévia e expressamente autorizado pela empregadora, receberá das empresas, a título de indenização, o valor mensal abaixo discriminado, Os demais Veículos utilizados a serviço e prévia e expressamente autorizado pela empregadora, terão seu valores reajustados **em 8,5%**, aplicados nos valores atualmente praticados. A partir de 1º de Julho de 2015. Exemplo: Motos, Kombis e Caminhões Leves.

Veículo	Idade	Valor a partir de 01.07.2015
Veículo qualquer modelo 1.0 Cilindradas	De 0 á 2 anos	R\$ 846,43
Demais modelos	até 2 anos	R\$ 690,06
Indiferentes	3 a 4 anos	R\$ 608,68
Indiferentes	acima de 5 ano	R\$ 528,39

PARÁGRAFO SEGUNDO - As EMPRESAS anteciparão, aos empregados beneficiários da presente cláusula, o valor do IPVA, o qual será devolvido pelo empregado, através de desconto no valor da indenização prevista no caput, em dez parcelas. Para que seja realizada a antecipação, os empregados deverão fazer a solicitação junto ao RH das EMPRESAS. ace à depreciação, manutenção, taxas, impostos incidentes sobre o veículo, tais como IPVA, Licenciamento e DPVAT e qualquer outra parcela decorrente do direito de propriedade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As EMPRESAS arcarão com as despesas de contratação de seguro com cobertura para acidentes contra terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento das indenizações acima indicadas será realizado pelas empresas através de depósito bancário ou mediante a assinatura de Recibo de Pagamento de Indenização pelo empregado.

PARÁGRAFO QUINTO - Os valores decorrentes das indenizações indicadas nesta Cláusula têm natureza indenizatória (depreciação e manutenção de veículo), daí porque não se incorporam à remuneração do empregado para qualquer fim (CLT, § 2º, do art. 457).

Normas Disciplinares

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ACIDENTES / MULTAS

O empregado só poderá ser responsabilizado pelos prejuízos causados aos veículos da empresa e/ou terceiros, quando, comprovadamente, houver atos de negligência, imperícia ou imprudência, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sendo ainda assegurado, direito de defesa e acompanhamento de sindicância.

PARAGRAFO ÚNICO - Os empregados não serão responsabilizados pelas multas ocasionadas por estacionamento proibido, aplicadas aos veículos sob sua responsabilidade, quando estiverem nas rotas de serviço.

Políticas de Manutenção do Emprego

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA DISPONIBILIDADE

Desde que devidamente comprovada a suspensão ou redução parcial dos serviços junto à empresa tomadora de serviços, fica facultado as empresas, enquanto perdurar a situação, a colocação de funcionários em disponibilidade, assegurando-se o pagamento de seus salários, sem qualquer outra vantagem.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS DA GESTANTE E LACTANTE

As empresas se comprometem a dar garantia de emprego às empregadas gestantes desde a confirmação da gravidez até que a criança complete 07 (sete) meses de vida. Esta garantia estende-se às mães adotivas.

PARÁGRAFO ÚNICO - De forma a cumprir o disposto no Art. 389, §§ 1º e 2º da CLT, e na Portaria nº 3.296/86 do Ministério do Trabalho e Emprego, a empresa pagará às empregadas lactantes, do primeiro dia após o término da licença-maternidade até três anos de vida do filho natural ou adotado, o valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) mensais, a título de auxílio-creche, sem natureza salarial para qualquer fim. As Mães apresentarão recibo padrão fornecido pelas empresas, nos seus devidos RH.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados será de 40(quarenta) horas semanais, devendo se utilizar para cálculo das horas extras o coeficiente de 200 (duzentas) horas mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As EMPRESAS poderão adotar o regime de rodízio e escalas, sem prejuízo dos esforços que visem à racionalização da composição de equipes para os sábados, domingos e feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A partir da assinatura da presente Convenção Coletiva, as EMPRESAS elaborarão escala da jornada de trabalho de forma que a folga semanal de cada trabalhador seja, prioritariamente, Sábado ou Domingo, alternadamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA JORNADA DE 36 HORAS SEMANAIS

Os empregados exercentes das funções de despachantes, facilitadores, teleatendentes, telefonistas e operadores de PABX, que trabalham permanentemente com aparelhos de fone de ouvido e terminal de vídeo computador, terão a sua jornada de trabalho fixada em 36 (trinta e seis) horas semanais.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS HORAS EXTRAS

A jornada normal de trabalho será acrescida no máximo em 2 (duas) horas extras diárias, devendo essas horas extras, ser remuneradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Excepcionalmente, a jornada de trabalho do empregado poderá ultrapassar o limite previsto nesta Cláusula, e nesta hipótese, o labor extraordinário será remunerado com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal de trabalho.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA COMPENSAÇÃO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Fica acordada a compensação de horas extraordinárias trabalhadas e as faltas ao trabalho previamente acordadas mediante a adoção do sistema de compensação de jornada, respeitando-se os termos do artigo 59 e 61 da CLT, o intervalo entre jornadas e a folga semanal.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA MARCAÇÃO DO PONTO INTRA JORNADAS

As empresas liberarão seus empregados do registro de ponto no horário de intervalo para a alimentação.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas poderão substituir o controle de ponto manual pelo controle de jornada eletrônico, através de celular, telefone fixo, URA, intranet ou Internet, bem como através de sistemas das concessionárias, obrigando-se a respeitar os termos da Portaria 373 de 25.02.11 do MTE.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS FERIADOS

Os feriados municipais ocorridos na cidade de Recife serão estendidos a todos os empregados vinculados à filial de Olinda, independente de estarem prestando serviços em localidades diversas; os feriados Municipais das outras localidades, não serão aplicados aos empregados vinculados à filial de Olinda; os feriados Estaduais e Federais serão respeitados.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS FARDAMENTOS

As empresas se comprometem a fornecer aos seus empregados, no período de 01 (hum) ano, 02 (dois) jogos completos de fardamentos compostos de 01 (um) par de botas, 02 (duas) calças, 02 (duas) batas e 03 (três) camisetas, devendo os mesmos mantê-los em condições de higiene, respondendo pela perda ou extravio das peças.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CIPA

As empresas observarão com rigor às normas concernentes a eleição e funcionamento das CIPA'S, dando publicidade a todos os seus atos através de quadros de aviso afixados em local visível e dando prévia comunicação das eleições ao sindicato obreiro.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DOS EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos na forma prevista na NR-7, do MTE.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO LIVRE TRÂNSITO DE DIRIGENTES SINDICAIS

A diretoria do sindicato da categoria profissional terá acesso às dependências das empresas, fora do expediente normal de trabalho, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da categoria, ficando vedada a divulgação de matéria político-partidária e ofensiva.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas que possuem no seu quadro funcional, membros efetivos da diretoria da entidade obreira, liberarão até 03 (três) empregados dirigentes, até uma vez por semana, para participarem de reunião da diretoria daquela entidade, sem qualquer prejuízo de seus salários e outras vantagens do cargo.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão em folha de pagamento de seus empregados associados ao sindicato profissional, as mensalidades sociais e demais contribuições estabelecidas pela Assembleia da Categoria, que serão repassadas ao Sindicato até o último dia útil do mês correspondente ao desconto, acompanhadas de relação nominal e dos valores descontados mediante prévia autorização do empregado.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - REUNIÕES TRIMESTRAIS

As partes reunir-se-ão trimestralmente visando o acompanhamento da presente Convenção, bem como discussão de eventuais problemas envolvendo o setor.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS

As empresas concordam com a realização de eleição para escolha de representantes dos seus empregados ligados aos setores de serviço de manutenção de redes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Delegados Sindicais, por empresa, serão eleitos na forma prevista no estatuto do sindicato. Sendo 1 (um) Delegado Sindical até 300 empregados, e a cada 300 empregados acrescentar mais 1 (um) Delegado, Limitando a 5 (cinco) Delegados

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os representantes eleitos não poderão sofrer despedida arbitrária durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, entendendo com tal a que não se fundar em motivo disciplinar, devidamente comprovada ou justa causa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas comprometem-se a liberar até 2 (Dois) dirigentes sindicais eleitos, por empresa, para exercício das atividades sindicais sem prejuízo de sua remuneração.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS CONTROVÉRSIAS

As controvérsias, porventura resultantes da aplicação ou interpretação da presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho da 6ª Região.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DAS PENALIDADES

Em caso de descumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho, as partes signatárias negociarão a solução antes de adotarem qualquer outro procedimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de não se chegar a acordo, estabelece-se o valor único de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) como multa por descumprimento do acordo, independentemente do número de empregados atingidos, reversível à parte prejudicada.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA PRORROGAÇÃO, REVISÃO OU RENÚNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá seu processo de prorrogação, revisão ou renúncia, ou ainda, revogação parcial ou total, subordinadas às normas estabelecidas no Art. 615 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETO

Funda-se esta Convenção Coletiva de Trabalho, no disposto no artigo 611 da CLT e demais legislação incidente, tem por objeto a concessão de reajuste salarial e estipulação de condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas atribuições, especialmente às relações individuais de trabalho mantidas entre as empresas prestadoras de instalação e manutenção de redes telefônicas, com atividades na base territorial do Estado do Pernambuco e seus respectivos empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Convenção Coletiva de Trabalho será depositada na Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco, na forma da legislação de regência.

MARCELO BELTRAO CORREIA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICACOES DE PE

CLAUDIO CARNEIRO VIEIRA DA ROCHA

Vice-Presidente

SINDIC DA IND DE INST MANUT DE REDES E TELECOMUNICACAO